

ATA DA 076ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE JULHO DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dóia Guglielmi - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO MANOEL MOTA - Faz um balanço de sua viagem à Itália.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Registra as formaturas na Polícia Militar; reporta-se aos desmandos na administração pública.

Partidos Políticos

DEPUTADO NEODI SARETTA - Registra a sua preocupação com a gripe A em nosso estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda a busca de uma solução para a renegociação da dívida dos estados.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Reporta-se ao 1º Prêmio de Jornalismo Fenabreve Santa Catarina Por um Trânsito mais Consciente.

DEPUTADO VALTER GALLINA - Reporta-se ao fechamento das indústrias cerâmicas da região do vale do rio Tijucas.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Defende as indústrias fumageiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, venho a esta tribuna para registrar momentos importantes da viagem deste deputado juntamente com o secretário Paulo Bornhausen, com o secretário Alexandre Fernandes, com o ex-presidente do SCParcerias, dr. Ênio Andrade Branco, com o sr. Paulo Medeiros, presidente da Cimolai, e com meu assessor Dicesar Ribeiro Vianna Filho .

O fruto dessa visita à Itália foi gigantesco, com a participação dos diretores, presidente e vice-presidente da Cimolai. De lá fomos para a China visitar a segunda metalúrgica do mundo. Isso é importante para Santa Catarina, uma vez que no dia de hoje estão visitando o nosso estado já com a decisão definida de instalação do escritório em Florianópolis, sendo o segundo em São Paulo.

A empresa já está se instalando no Brasil, com um escritório em São Paulo e outro em Florianópolis. É a segunda maior construtora da China. Trata-se de uma empresa do grupo China Energia, maior fornecedora de energia do mundo. Ela é proprietária das usinas da China. Na soma, tornam-se os maiores fornecedores.

Os diretores estão em Florianópolis na próxima quinta-feira, em retribuição a uma visita que fizemos em janeiro. Na sequência, desembarca aqui

o presidente da empresa. O foco da empresa são grandes obras de infraestrutura.

Para a instalação da empresa no Brasil não há necessidade de área para instalação de um parque industrial, porque se trata de uma construtora. É a segunda maior construtora da China e a maior produtora de energia no mundo.

Hoje desembarcam os diretores e a partir da semana que vem o presidente e o vice-presidente para a instalação definitiva em Florianópolis. Estamos colhendo resultados importantes para o Brasil, e muito mais para Santa Catarina, fruto da visita feita em janeiro.

Santa Catarina recebe a Cimolai. Ficou definido que será instalada em Imbituba e vai ser uma das maiores em termos de construção de pontes no mundo.

Ela constrói toda a estrutura para o navio cruzeiro e fabrica canos para passagem de petróleo no mar, tudo com alta tecnologia. Está fazendo dois campos de futebol em Brasília com tecnologia de ponta. Se chover, em dez minutos está tudo fechadinho. Se o tempo abrir, em dez minutos está tudo aberto.

Estamos viabilizando com a vinda dessas empresas para Santa Catarina um ganho real para o estado. E estamos aguardando a vinda da terceira empresa, em agosto. Trata-se também de um grupo extraordinária da China que vai gerar 2 mil empregos neste estado.

Com isso o nosso estado foi empreendedor nessa área, e já começou no governo Luiz Henrique quando abriu as portas para as empresas se instalarem em Santa Catarina. Foi um investimento de R\$ 17 bilhões, de empresas que se instalaram durante os dois mandatos de Luiz Henrique.

Agora o governo Raimundo Colombo e Pinho Moreira também está abrindo as portas. Podemos perder algumas, mas outras grandes empresas estão se instalando no estado. Eu acho que é preciso continuar com a mesma garra, com a mesma determinação, a mesma responsabilidade do nosso governo, para atrair grandes investimentos para o

Brasil com empresas se instalando em Santa Catarina.

Eu me sinto honrado de ter saído daqui em janeiro e mesmo não tendo passado nem um dia na praia hoje estamos colhendo os benefícios. Foram gerados empregos, e emprego gera renda, e renda gera qualidade de vida para toda a região.

O sul do estado, minha região, já foi a segunda mais pobre de Santa Catarina. A primeira era a região serrana, que agora com as fábricas da Brahma e outras já está superando o sul. Agora já estamos trabalhando para reverter esse processo.

Nós temos um tripé do desenvolvimento e esse tripé é o porto de Imbituba, o aeroporto de Jaguaruna e a BR-101. Esse é o tripé do desenvolvimento. Modéstia à parte, eu com os seis mandatos neste Parlamento, em termos de obras, acho que realizei os meus sonhos. Agora, o meu sonho é em termos de desenvolvimento de empresas que se instalam gerando emprego e renda.

Quero pedir aqui o apoio para a obra mais importante do sul, a Interpraias, que irá se transformar na maior indústria de turismo do sul, transformando a cidade histórica de Laguna em um grande ponto turístico do estado, porque com a Interpraias passarão por lá mais de 15 mil veículos por dia.

Então, é preciso trabalhar com muita garra, muita determinação e lealdade pelo nosso estado e pelo nosso povo. Tenho cumprido, nos meus 30 anos de vida pública, uma missão difícil de trabalho, de determinação, de responsabilidade, de lealdade com aqueles que sempre acreditaram em Manoel Mota, para que eu pudesse levar os resultados.

O político se abastece de resultados, quando ele consegue ter. E o povo espera isso, ou seja, a buscar por dias melhores. E tenho trabalhado nessa direção.

Por isso, estou convicto de que a minha missão está sendo cumprida. E, hoje, é mais um dia de alegria, que fica instalado com emoções tomando conta, porque estamos colhendo resultados de uma grande viagem que fizemos à Itália e à China.

Eu espero que este ano possamos colocar três empresas gerando cinco mil empregos em Santa Catarina, com faturamento de muito mais de R\$ 1 bilhão. E quem é que ganha? É Santa Catarina, a população, o sul. Por isso, quero continuar com a mesma garra que sempre tive, a mesma luta, para que possamos ter um estado de qualidade, equilibrado, que hoje é orgulho da Federação, porque Santa Catarina é um dos estados mais equilibrados do país.

Assim, temos que continuar trabalhando, buscando resultados. E este Parlamento é o grande instrumento desse trabalho em defesa do povo, do desenvolvimento. E é com esse espírito que hoje estou me dirigindo para o sul, com a certeza de mais uma missão cumprida, porque mais uma grande empresa se instala em Santa Catarina e é o maior grupo de energia do mundo, é uma construtora que se instalará em Santa Catarina para gerar emprego, renda e qualidade de vida.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O próximo orador inscrito para falar é o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, servidoras e servidores deste Poder, pessoas que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital nesta manhã, gostaria de continuar fazendo uma reflexão aqui a respeito de assuntos que já temos tratado, nesta Casa, várias vezes, nesses anos que temos atuado neste Parlamento.

Antes quero registrar formaturas de amanhã, na Polícia Militar, de novos soldados, na academia da Trindade, e outras formaturas que estarão acontecendo nesse período, no estado inteiro, de novos policiais militares sendo colocados à disposição da sociedade catarinense.

E como já falei nesta tribuna, do ponto de vista de contratação de efetivo para a Segurança Pública, o governo Raimundo Colombo tem-nos

surpreendido positivamente, porque tem contratado um número maior do que imaginávamos que iria contratar neste começo de governo. Não que seja um número suficiente para resolver o problema, pois como temos dito, é preciso continuar nessa política de contratação de pelo menos mil policiais por ano durante dez anos.

Então, essa é a posição que precisa ser adotada por todos os partidos que pelo embate político no estado de Santa Catarina venham a governar o estado. Essa política de contratação precisa ser continuada pelo menos por dez anos, para que possamos efetivamente fortalecer a Segurança Pública. Vale para a Polícia Militar, para o Corpo de Bombeiros Militar, e muito se falou ontem sobre o Corpo de Bombeiro Militar que não dá conta do serviço.

É preciso que haja contratação para dar conta do serviço. E por isso precisamos continuar na política de contratação na Polícia Civil, no sistema prisional e no Instituto Geral de Perícias, falando apenas no serviço de sistema de Segurança Pública.

Assim, quero parabenizar as autoridades do estado e da instituição que a partir de amanhã terá novos policiais militares. E também no Corpo de Bombeiros Militar haverá, pela promoção, no dia amanhã, cabos que eram praças; são soldados antigos que estarão se formando cabos amanhã. E este parlamentar terá a honra de ser paraninfo da turma de formandos a cabo do Corpo de Bombeiros Militar.

Sendo as formaturas no mesmo horário, só conseguirei ir a uma e irei à dos bombeiros, porque sou convidado como paraninfo. E orgulha-me muito esse convite para essa homenagem da turma que sem nenhum interesse me convidou para ser paraninfo.

Parabenizo desde já todos os envolvidos, todos os formandos. E registro a nossa satisfação por ver fortalecida a segurança pública nesses aspectos. Mas precisamos mais. Precisamos avançar ainda mais em termos de carreira, em termos de salários. Precisamos melhorar os salários dos

servidores da segurança pública em geral, assim como os demais, a maioria dos outros servidores públicos estaduais, aqueles que estão na linha de frente que ganham um salário muito baixo; precisamos, portanto, continuar a fazer esse debate e essa reivindicação.

Vivemos neste momento uma conjuntura de greve dos servidores públicos federais. A imensa maioria das universidades, com exceção da de Santa Catarina que está parcialmente, assim como outra universidade lá do nordeste, uma única outra, todas as demais universidades federais estão em greve. São professores em greve, trabalhadores em greve...

Como falei, na UFSC a greve é parcial, é dos servidores e de uma pequena parte dos professores, mas tudo indica, no prolongamento do movimento, que o segundo semestre não começará na Universidade Federal de Santa Catarina.

Os previdenciários estão em greve, assim como os professores e técnicos dos Institutos Federais de Tecnologia por todo o Brasil. A Anvisa, Vigilância Sanitária, também está debatendo, discutindo e entrando em greve.

Temos uma lógica que está sendo instituída no Brasil há mais de 20 anos que é justamente ir no caminho contrário àquilo que foi promulgado na Constituição Federal de 1988. Isso vale para todas as esferas de governo, inclusive no governo federal.

Temos visto nos grandes meios de comunicação, naqueles programas mais acompanhados, reportagens especiais sobre ingerências, falcatruas, roubalheiras, pouca vergonha no serviço público. Têm sido enfocadas as formas de burlar licitações, e mostraram bastante isso nos últimos meses. Mostraram os problemas nos hospitais universitários nas últimas semanas. E é óbvio que sabemos que aparentemente a intenção é fazer uma denúncia legítima em cima de um assunto que precisa ser resolvido. O problema existe e de fato precisa ser resolvido.

O que tem de pano de fundo nesse projeto... E esses veículos de comunicação estão absolutamente

conjecturados por essa intenção de burlar a lógica estabelecida na Constituição Federal de 1988. Por exemplo, de burlar, de suprimir a legislação das licitações, de suprimir a necessidade de concurso público. E isso seria feito através da transferência dos recursos e dos serviços para outras modalidades de gestão. E para ser preciso, direto e mais claro, para a modalidade empresarial, privada, de gestão da coisa pública.

A reportagem do *Fantástico* é porque quer justificar nas universidades federais a necessidade de aprovar e de que os conselhos universitários aprovem, aceitem a proposta do governo federal de empresa brasileira de serviços hospitalares, que tem elementos de privatização, que suprime o concurso público para os trabalhadores dos hospitais universitários, que suprime a licitação para aquisição nesses serviços...

É evidente que tem falcatrua, que tem roubalheira, que tem sacanagem no serviço público, mas quando é feita em grande monta, em grande quantidade, em grande volume, geralmente tem alguém muito poderoso envolvido.

A questão dos salários dos servidores em alguns lugares... Ah, que absurdo pagar um salário desse tamanho! Também nesses setores foi pago para justificar uma lógica e preservar o poder. A maioria dos servidores públicos recebe mal. O objetivo dos projetos dessa lei é pagar mais mal ainda para outros que serão contratados pela CLT e outras modalidades.

No entanto, os meios de comunicação e os defensores dessa lógica não falam, não mostram, eles omitem. São as imensas falcatruas que já têm acontecido em alguns projetos onde antes era serviço público e agora é serviço privado. Não aceitam chamar de privado, porque dizem que não são a favor da privatização.

Ora, mas transferir a gestão de um estabelecimento público para uma organização social, que é uma entidade civil de direito privado, é ou não é privatização? Querem confundir dizendo que isso não é terceirização. Ora, não

estão terceirizando um setor de alimentação de limpeza etc. Mas está sendo terceirizado o setor inteiro, o serviço inteiro, o hospital inteiro.

Em Balneário Camboriú temos um exemplo belíssimo, e vamos ter que gastar mais tempo, do que é falcatrua feita por organização social com o dinheiro público, do que é roubalheira.

Em Balneário Camboriú foi transferido o Hospital Ruth Cardoso para uma organização social, a Cruz Vermelha do Brasil, filial do Rio Grande do Sul.

O roubo é escandaloso! Uma quadrilha se instalou em Balneário Camboriú, e agora parece que está indo para a cidade São Francisco e pretende continuar se espalhando. Estão roubando dinheiro que deveria ser usado para a saúde do povo de Balneário Camboriú.

O Hospital Infantil de Joinville, hospital que foi construído com dinheiro público, era um hospital público, foi transferido para uma organização social, um grupo de Curitiba. Fecharam dez leitos para crianças queimadas, porque não havia retorno. A lógica empresarial é que deve haver retorno para atender a uma criancinha queimada.

É evidente que precisamos continuar debatendo...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. deputados, estimados catarinenses que acompanham esta sessão, trago à tribuna neste dia a preocupação que aumenta a cada dia em Santa Catarina. Não é certamente motivo, digamos assim, um excesso de pânico da população, mas deve ser motivo de medidas urgentes por parte do governo,

das secretarias de Saúde, de todos os órgãos do governo no estado de Santa Catarina.

Refiro-me, deputado Jailson Lima, v.exa. que preside a sessão neste momento e também é médico, à preocupação com a gripe A em nosso estado. Para isso estou encaminhando uma proposição ao sr. governador do estado de Santa Catarina e ao sr. secretário de estado da Saúde, pedindo para que seja disponibilizada a vacina a todos os catarinenses.

Estamos preocupados com isso porque o inverno mal começou e as temperaturas mais baixas e mais úmidas ainda estão para vir e depois desse período de grande preocupação da gripe A, em 2009, as pessoas, em nosso entendimento, vamos dizer assim, começaram a ter certo relaxamento com relação a isso.

Em 2009, houve uma grande preocupação com a gripe A, em 2010 e em 2011 a coisa ficou mais calma e isso ocasionou, e falo isso de maneira em geral da população, certa tranquilidade às pessoas. Mas já foram registradas no estado de Santa Catarina quase 50 mortes desde o dia 5 de maio. A imprensa noticiou hoje que 45 pessoas já morreram em nosso estado em função da gripe A.

Inúmeros casos foram notificados, são mais de 300 casos já confirmados da doença em Santa Catarina, e os números estão aumentando. Está ocorrendo inclusive uma demora para se dar o resultado do exame em função da grande quantidade de pedidos. Há clínicas, inclusive particulares, que já não dispõem mais da vacina. Mas a nossa grande preocupação é no sentido de que haja uma distribuição da vacina a toda a população de nosso estado. Creio que isso é importante.

Em toda a região sul dados já apontam para mais de 70 mortes. Somente em 2012, como já disse, em Santa Catarina, já ocorreram, segundo os últimos dados de informação, 45 mortes registradas no estado, em faixas etárias variando entre 8 e 72 anos de idade. É claro que há os grupos mais suscetíveis que recebem a vacina, mas efetivamente, como disse, depois daquele grande problema de 2009, no auge da pandemia, na região

sul naquela ocasião, ocorreram 780 mortes causadas pela gripe H1N1. E agora estamos apenas no início do inverno e já ocorreram 45 mortes somente em Santa Catarina e 72 mortes na região sul.

Em 2010, a Organização Mundial da Saúde decretou, então, em agosto o fim daquela pandemia e o Brasil registrou 2060 mortes provocadas pela doença em 2009, 113 mortes em 2010 e 27 mortes em 2011. Ou seja, houve uma queda bastante acentuada de 2060, em 2009, para 27 mortes, em 2011. Mas agora, em 2012, o estado já está registrando um número de 45 casos de mortes.

Portanto, há preocupação de que isso possa aumentar e temos semelhantes problemas, quem sabe, havidos também em 2009. Não acreditamos naqueles níveis, mas a prevenção é a melhor ação.

Por isso, estamos apelando ao governo do estado e ao governo federal ações para disponibilizar em Santa Catarina essa vacina para todos os catarinenses. Em algumas cidades, como Concórdia e Seara já solicitaram doses de vacina para imunizar toda a população do nosso estado.

Vivemos um momento de preocupação e entendemos que as ações precisam ser agilizadas. Temos informações também que a secretaria da Saúde está disponibilizando novas vacinas, mas, no nosso entendimento, é preciso disponibilizar a vacina para todos. A prevenção é o melhor caminho para diminuir o problema. É claro que mesmo com a distribuição de vacinas a recomendação para a população é que siga as normas de higiene, que tome os cuidados que foram recomendados, especialmente em 2009, no auge da pandemia, quando houve o problema maior. Então, aqueles cuidados, aquelas precauções devem ser retomadas.

Por isso, sr. presidente, encaminhamos também esta proposição através da Assembleia Legislativa para que o governo possa fazer a disponibilização da vacina da Influenza A H1N1 para toda população catarinense, para termos atendida essa preocupação, essa demanda que já está gerando insegurança nos catarinenses.

Não é, com eu disse, para alarmar nossa população, mas é uma questão preocupante, sim, e

todos nós temos que ter essa consciência, assim como os órgãos de saúde, as entidades, as unidades de saúde das esferas do governo estadual, federal e municipais para evitarmos que possa se alastrar mais ainda a infecção da gripe A em Santa Catarina.

Portanto, o nosso pedido é que sejam disponibilizadas para todo estado as vacinas para imunizar a população em relação à gripe A.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até sete minutos, que dividirá o seu tempo com o deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente e srs. deputados, na verdade até peço parte desse horário, deputado Reno Caramori, porque estamos voltando de uma incursão que fizemos com a diretoria da Unale e do colégio de presidentes, desde terça-feira, em Brasília, e terminamos nossa agenda no final da noite de ontem, para encaminhar aquilo que debatemos na conferência de Natal, e v.exa. lá estava, que é a busca de uma solução para a renegociação já da dívida dos estados.

Os estados brasileiros não aguentam mais pagar essa conta que, repito, não é responsabilidade do atual governo federal e nem dos atuais governos estaduais, mas é uma conta histórica, que vinha sendo rolada até 1998, quando foi renegociada, e de lá para cá não foram mudados os critérios de cobrança desses juros e dessa dívida, de forma que hoje estamos chegando a uma situação insustentável.

Já falei aqui em várias oportunidades que o nosso estado, por exemplo, no ano passado, investiu R\$ 1 bilhão contra R\$ 1,5 bilhão que foram retidos dos nossos cofres por conta da amortização da dívida.

E na terça-feira à noite começamos esse trabalho num encontro que reuniu em torno de

setenta deputados de todo o Brasil - mais de quinze estados estiveram representados naquele evento -, entre eles o ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que integra a comissão de Notáveis, constituída pelo Senado Federal, juntamente com várias outras autoridades nesta área, que entre outras coisas falou que o Brasil vive um dos momentos mais difíceis devido à necessidade da tomada de quatro grandes decisões. E não sabia que até o dia 31 de dezembro o Brasil tem que redefinir essa questão da redistribuição da cota de cada estado. Ou seja, o atual modelo de distribuição da fatia de cada estado no FPE encerra-se em 31 de dezembro. Então, devemos ter essa solução até janeiro sob o risco de os estados não terem mais o seu quinhão no Fundo de Participação dos Estados.

A segunda grande decisão, deputado Jailson Lima, é sobre a questão dos *royalties* que o Congresso Nacional, que o governo precisa encaminhar até o final deste ano.

A terceira questão diz respeito à guerra fiscal entre os estados. Já tivemos, de acordo com a Resolução 72, perdas para Santa Catarina, e são quase 50 Ações Diretas de Inconstitucionalidades que estão para ser apensadas àquela decisão porque se formou jurisprudência. Portanto, teremos mais um problema que vai atingir diversos estados.

E o quarto grande encaminhamento refere-se à necessidade de renegociar a dívida. Então, no entendimento do ex-secretário Everardo Maciel, o encaminhamento deverá ser feito de forma conjunta. Sabemos que se colocarmos esses quatro grandes problemas num pacote apenas essa decisão ficará ainda mais distante.

Por isso, ontem estivemos com diversos senadores que estão tratando deste assunto, entre eles, Francisco Dornelles, autor de uma proposta para renegociar as dívidas, que vem ao encontro daquilo que a Unale e o Colégio de Presidentes defendem; com o senador Cícero Lucena, que é o primeiro-secretário da Casa e como já foi governador da Paraíba compreende a necessidade de resolvermos rapidamente essa questão; com o

senador Aécio Neves, que vivenciou esse drama durante os oito anos que foi governador de Minas Gerais, um dos estados que também clama por essa renegociação; com o senador Pedro Simon, que foi extremamente sincero, característica que lhe é peculiar, dizendo que teremos que buscar no Judiciário a solução para este problema porque vê morosidade demais por parte do governo; também com o presidente da Câmara, deputado Marco Maia, que prometeu acelerar o encaminhamento do assunto na Câmara dos Deputados; com o presidente do Senado Federal, José Sarney, que manifestou a sua preocupação com a falta de posicionamento do governo federal; com o vice-presidente Michel Temer, que discordou da proposta do ex-secretário Everardo Maciel de discutir tudo junto porque entende que o governo federal deve tratar especificamente da renegociação da dívida, separadamente dos outros grandes problemas, de outra forma, não teremos solução.

E por último, estivemos no Tribunal de Contas com o ministro Augusto Nardes, e confesso que de todas as reuniões achei essa a mais encaminhadora, porque naquele tribunal poderemos ter, efetivamente, um encaminhamento final.

Então, a partir de agora agiremos em duas frentes: no Tribunal de Contas, onde teremos uma nova reunião para o dia 16 de julho, para a qual levaremos todos os estudos técnicos e debater, inclusive, com o ministro relator desse tema; e com o senador Delcídio Amaral, relator do projeto de lei do senador Francisco Dornelles, que se comprometeu de colocar em pauta a discussão do projeto já na próxima sessão da comissão.

Então, acho que conseguimos, ontem, abrir efetivamente os canais de negociação, de composição, de diálogo e, acima de tudo, de participação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) (Faz soar a campainha) - Deputado Joares Ponticelli, tendo em vista que v.exa. é presidente da Unale e veio de um encontro importante em Brasília, concedo 1,5 minuto para a sua conclusão, e depois mais dois minutos ao deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado pela generosidade, deputado Jailson Lima.

Mas quero dizer que voltamos, ontem, confiantes, porque acreditamos que com essas duas frentes que foram abertas, com o Tribunal de Contas da União mostrando-se sensível a esse assunto... E além de conclamar o conselheiro Sebastião Helvecio, de Minas Gerais, que nos tem ajudado muito, vamos também conclamar os estudos e a participação dos demais Tribunais de Contas dos estados para participarem dessa composição que faremos no Tribunal de Contas da União. E também vamos, com o senador Delcídio do Amaral, acelerar a discussão do projeto do senador Francisco Dornelles, que pretende encaminhar de forma justa a renegociação para que os estados possam ter mais recursos no caixa para investir nas suas obrigações.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário do PP, com a palavra o deputado Reno Caramori, por dois minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, tendo em vista o horário folgado de hoje, eu solicito um tempo de três minutos para que eu possa fazer um importante registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Então, eu concedo 3,5 minutos a v.exa.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero fazer um registro que entendo ser muito importante para os catarinenses brasileiros.

No dia de ontem tivemos uma pequena solenidade, mas de grande importância, na sala de imprensa, com a presença de alguns srs. deputados e da Fenabreve. Na realidade, foi uma promoção da Fenabreve intitulada 1º Prêmio de Jornalismo Fenabreve Santa Catarina Por um Trânsito mais Consciente. Na ocasião, estiverem presentes o vice-presidente da Fenabreve nacional, sr. Glaucio José Geara, o diretor-geral estadual, sr. Ademir Saorin, o diretor executivo da Fenabreve/SC, sr. Andre Andrezza.

A apresentação do prêmio foi feita pelo jornalista Mario Motta, sendo que estavam ainda presentes o sr. Ademir Arnon, da Associação Catarinense de Imprensa, o presidente da Adjori, Miguel Gobbi, jornalistas dos mais diversos órgãos de imprensa de Santa Catarina, e o diretor-comercial da Ambientec, sr. Marcos Roberto Barreto. O patrocínio desse prêmio foi feito pela Fiat e Honda.

Sr. presidentes, os três minutos que me foram concedidos são insuficientes para que eu possa transmitir algumas coisas aos catarinenses.

Os integrantes da imprensa deverão concorrer a vários prêmios significativos: um automóvel Fiat Uno 0km, uma motocicleta Honda 150 e uma bicicleta Caloi Terra.

Eu vou usar um tempo necessário em Explicação Pessoal para tecer alguns comentários a respeito dessa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Valter Gallina.

O SR. DEPUTADO VALTER GALLINA - Sr. presidente, vou ocupar a tribuna no dia de hoje para abordar o aspecto social, econômico, ambiental e político...

No último dia 29, sexta-feira, estivemos no município de Canelinha participando de uma audiência pública sobre os constantes fechamentos das indústrias cerâmicas da região do vale do rio Tijucas. Das 104 indústrias cerâmicas, 32 encontram-se fechadas por problemas ambientais e de falta de documentação.

No ano de 2005 houve um TAC, Termo de Ajustamento de Conduta, junto com o Ministério Público, a Fatma e os ceramistas. E de lá para cá muito foi melhorado, mas ainda há muito para melhorar.

Essa audiência pública foi de singular importância. E fiquei muito orgulhoso de esta Casa ter participado.

A audiência pública foi muito bem dirigida pelo deputado Volnei Morastoni; também se fizeram presentes os deputados Dado Cherm e Serafim Venzon.

Eu falo que é social, econômico e ambiental, porque são centenas e centenas de funcionários que trabalhavam nessas 30 cerâmicas que foram fechadas. E aquela região, principalmente o município de Canelinha, tem dificuldades homéricas na busca de recursos através da cerâmica. E grande parte desses 30 operários é do município de Canelinha. Mas a convergência entre o social, econômico e ambiental é o grande desafio para que possamos conquistar a abertura daquelas 30 cerâmicas que lá se encontram fechadas.

Para isso tivemos a presença do promotor público Fred Anderson Vicente, de um bom censo singular. Tivemos presente também o diretor da Fatma, Alexandre Waltrick Rates, e o diretor Heriberto Hülse Neto, todos ouvindo os desabafos da população.

Naquela audiência pública tivemos a oportunidade de ouvir o sindicato dos ceramistas, o sindicato dos funcionários. Enfim, todos puderam utilizar da palavra, os vereadores, os prefeitos, que compareceram de forma maciça.

Creio que havia próximo de mil pessoas entre os que estavam dentro da audiência, do evento, e também os que estavam do lado de fora, porque não cabia mais ninguém.

Ali trabalhamos muito para buscar o consenso entre as partes e a convergência dessas três ações primordiais, para deliberarmos e definirmos a abertura daquelas cerâmicas.

Creio que devemos buscar, deputado Romildo Titon, uma ação, para que o TAC executado em 2005 possa ser reajustado e redefinido.

Deputado Serafim Venzon, chegamos à conclusão de que neste mês de julho ainda deveremos ter uma definição para que, em cima desse novo reajuste, desse novo TAC, possamos construir o consenso e a

convergência entre o social, o ambiental e o econômico, deliberando definitivamente para que aquela população possa usufruir daquilo que eles mais sabem fazer, que é a parte cerâmica. Mas, obviamente, levando em consideração que precisa melhorar a área ambiental, e isso passa necessariamente pelas compensações.

Quanto a essas compensações, dito pelo próprio presidente dos ceramistas do vale do rio Tijucas, estão tomando a decisão de iniciá-las imediatamente. E não tenho dúvida de que desta maneira vamos chegar a um consenso.

Quero parabenizar o deputado Volnei Morastoni por ter sido o proponente, parabenizar muito o secretário Serafim Venzon e o deputado Dado Cherem, que estiveram presentes e que ajudaram a construir o consenso, construir uma solução para aquele problema social tão grave no vale do rio Tijucas.

Quero falar agora sobre a festa da democracia, a político-partidária.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALTER GALLINA - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado, gostaria de cumprimentar v.exa. por ter abordado esse encontro que aconteceu em Canelinha, uma audiência pública que foi promovida por esta Casa, e aquele ato foi um ato político.

Ato político é aquele em que se discute a solução, busca uma solução, onde não se procura quem está certo ou quem está errado, ou seja, a arte da política é justamente encontrar a solução sem necessariamente identificar culpados.

Lá estavam representantes do Ministério Público, todos os prefeitos, os vereadores, a sociedade, os sindicatos dos ceramistas, os sindicatos patronais, a Fatma e o sindicato dos trabalhadores. Quer dizer, tudo isso junto fez com que se encontrasse, propusesse, uma alternativa para a atividade econômica, alma central, preponderante, de Canelinha. E todas as outras atividades, certamente os 20% da população de Canelinha, dependem diretamente da atividade

cerâmica. E os outros 80% indiretamente também dependem dali.

Se fecharmos todas as cerâmicas, como é o caso, pois a grande maioria está em alguma situação, dentro dos conceitos atuais, de irregularidade ambiental, teoricamente fecha todo o restante, interrompe todo o ciclo econômico, toda corrente econômica de Canelinha.

Então, a solução que se encontrou foi decorrente desse ato político promovido pela Assembleia, onde v.exa. esteve presente e participou ativamente, como os demais deputados, os outros entes políticos e todas as pessoas.

Quero destacar a v.exa. que em cada cidade de Santa Catarina existem problemas semelhantes. Em Brusque, por exemplo, tem muita empresa querendo se instalar já com o projeto pronto. E o BNDES autorizou praticamente a operação, ou seja, o empresário com recursos disponíveis para fazer a implantação da empresa e ninguém quer liberar. Os agentes da Fatma têm medo de assinar embaixo autorizando a construção justamente porque, a partir dessa autorização, mais adiante quando o Ministério Público entrar com alguma ação o primeiro a ser chamado é esse agente da Fatma.

Nós precisamos buscar, deputado Valter Gallina, uma maneira de o empresário preencher um documento sequencial e na medida em que for atendendo às exigências irá liberando a próxima resposta, de tal maneira que se responder a todos os itens automaticamente terá a autorização ambiental para poder fazer o seu empreendimento. Caso ele responda algo que não seja verdadeiro e o Ministério Público identifique posteriormente, já na fase de construção ou na de funcionamento ele irá responder a esse órgão. Agora, como está, é o agente da Fatma o primeiro a ter que se defender perante os órgãos ambientais.

Então, aquele ato que fizemos lá poderá servir de exemplo para muitas outras cidades de Santa Catarina que enfrentam problemas semelhantes na hora em que vão buscar incremento para a sua atividade econômica, mas que esbarra na questão ambiental.

Muito obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO VALTER GALLINA - E isso passa necessariamente pelo bom senso de todas as partes, tanto do Ministério Público quanto do órgão ambiental, no caso a Fatma, e também dos ceramistas. Todos sabendo que a convergência da área social, ambiental e econômica tem que ocorrer. E pode servir de modelo o que ocorreu naquela audiência pública.

Quero falar também sobre a festa da democracia que ocorreu nos últimos 15 dias, especificamente na última semana, onde as convenções político-partidárias aconteceram no estado todo, nos 295 municípios. Com certeza, mostramos à população brasileira que aqui em nosso estado fazemos as nossas convenções, vamos buscar os cacos dos problemas, mas no nosso partido PMDB, com a palavra democracia nele, seguimos em frente, decidimos, tomamos posição dentro da convenção. É assim que será feito em todos os municípios de Santa Catarina.

Vou falar especificamente das convenções do PMDB da Grande Florianópolis, da qual sou coordenador político. Temos aqui na região 13 municípios. E o nosso partido detém a prefeitura de dez. Em um deles somos vice, ou seja, temos 85% dos municípios da Grande Florianópolis, onde o PMDB está majoritário. E para as próximas eleições manter esses 85% é um desafio forte, até porque seis não poderão concorrer à reeleição, porque já estão no seu segundo mandato. Mas têm a prerrogativa de mostrar a continuidade administrativa de todos os municípios onde vai haver eleição pela terceira vez, sendo o prefeito já reeleito. É o caso de Governador Celso Ramos, de Antônio Carlos, de São Pedro de Alcântara, de Palhoça, de Florianópolis, de Anitápolis. Em todos esses municípios, o prefeito já foi eleito pela segunda vez.

Creio que o desafio realmente é a busca da continuidade administrativa, e temos a convicção de que vamos chegar ao sucesso de manter os 85% de prefeituras no porte dentro da nossa condição de

buscarmos, continuarmos com a grande maioria dos municípios na Grande Florianópolis.

Vencemos por quê? Pelas ótimas administrações que os prefeitos do PMDB estão tendo na nossa região e pela sua capacidade de fazer as parcerias para a busca de recursos para os projetos estruturantes junto ao governo estadual e federal.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projeto de Lei n. 0035/2012, de autoria do deputado Jorge Teixeira; Projeto de Lei n. 0059/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; Projeto de Lei n. 0066/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; Projeto de Lei n. 0147/2012, de autoria do deputado Maurício Eskudlark, e Projeto de Lei n. 0164/2012, de autoria da deputada Angela Albino.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0017/2012; 0107/2012; 0136/2012; 0138/2011; 0138/2012; 0177/2012 e 0179/2012, todos de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

A comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0002/2012; 0077/2012; 0083/2012; 0089/2012; 0090/2012; 0095/2012; 0109/2012; 0111/2012; 0131/2012; 0132/2012; 0165/2012 e 0201/2012, todos de entidade social encaminhando documentação para a manutenção do título.

A comissão de Pesca e Aquicultura apresentou parecer favorável ao Ofício n.: 0551/2011.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0015/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar n. 0017/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final da Proposta de Emenda à Constituição PEC 0001/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final da Proposta de Emenda à Constituição PEC 0009/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0006/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0222/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0223/2012.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0319/2012, 0321/2012, 0322/2012 de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0320/2012, de autoria do deputado Darci de Matos; 0323/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0324/2012, de autoria da deputada Angela Albino; 0325/2012, 0326/2012, 0327/2012, de autoria da deputada Antônio Aguiar e 0328/2012, de autoria do Deputado Neodi Saretta.

Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s: 0634/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0635/2012, de autoria do deputado Daniel Tozzo; 0637/2012, de autoria Luciane Carminatti; 0638/2012, 0639/2012, 0640/2012, 0641/2012 e 0642/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 0643/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0646/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0647/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0648/2012 e 0649/2012 de autoria do deputado Antônio Aguiar.

Requerimento n. 0644/2012, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao prefeito municipal de Florianópolis, pedindo providências administrativas para a realização de obras de revitalização da Praça Getúlio Vargas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0645/2012, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem ao prefeito municipal de Florianópolis, pedindo providências administrativas para a realização de obras de revitalização do calçamento da rua Jerônimo José Dias, no bairro Saco dos Limões.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0041/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviada a Província Franciscana da Imaculada Conceição do Brasil, no município de Blumenau, pelos 120 anos de fundação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo que a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Neste momento, por requerimento da deputada Angela Albino, suspenderemos a sessão para conceder a palavra à sra. Paloma Oliveira Bock e ao sr. Valter João da Rocha, para se manifestarem sobre a Escola de Educação Básica Januária Teixeira da Rocha, localizada no Campeche.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) (Faz soar a campanha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Antônio Aguiar por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. Presidente, sras. deputadas e srs. deputados, comunidade catarinense, com satisfação estivemos ontem visitando a unidade de processamento de fumo Souza Cruz em Blumenau.

Sr. presidente, temos a certeza de que como médico inicialmente gostaria de me posicionar como contrário ao hábito de fumar, mas como parlamentar e representante de uma região, cuja economia é essencialmente agrícola, defendo a atividade fumageira como uma das mais importantes alternativas de renda para o produtor rural.

Em Blumenau fomos recepcionados pelo gerente regional de produção agrícola, Natálio Rattin,

pelo gerente de operações de processo do departamento de fumo, Paulo Kuroski, pelo gerente territorial de produção agrícola de Santa Catarina, Ricardo Pereira, e o coordenador de comercialização, José Vavassori, além de técnicos que fazem a expansão agrícola na região.

Acompanhamos o processamento do fumo da unidade desde a entrega da safra pelo produtor integrado daquela indústria, quando é feita a classificação dos fardos e acertada a remuneração numa escala de 38 níveis de classificação do produto, podendo um fardo de boa qualidade atingir a remuneração superior a R\$ 8,00 por quilo.

A unidade da Souza Cruz, em Blumenau, processa anualmente 45 mil toneladas de fumo por safra da cultura. São cerca de 400 toneladas diárias.

Para termos uma dimensão da importância da cultura do fumo para os nossos produtores, dados do setor revelam que 30% da produção nacional vêm de lavouras catarinenses.

O município de Santa Terezinha, cujos produtores ontem acompanhamos, produz um quinto de todo o fumo do alto vale. E os testemunhos de lideranças locais são de que onde há cultura de fumo o padrão econômico das famílias é bem superior ao de outras regiões.

Ainda assim, a Souza Cruz, que exporta dois terços do fumo que processa e integra o mix de indústrias fumageiras que fazem do Brasil o maior exportador mundial de fumo, defende que o plantio da cultura deve ser apenas uma das atividades econômicas das propriedades rurais.

A propriedade média dos fumicultores catarinenses tem entre 12 e 14 hectares, dos quais dois a três hectares são utilizados com lavouras de fumo.

A interpretação dos técnicos da empresa é que o fumo é uma atividade que rende bem, dá fluxo de caixa. Mas o produtor também pode mesclar essa cultura com outras atividades, como a produção do leite, do mel. Também precisam ter as chamadas culturas de longo prazo, como é o reflorestamento; pode ter atividades de maior risco, como a fruticultura, e precisa da chamada mesa farta, que

é a roça de feijão, hortifrutigranjeiros, a galinha caipira, o suíno para consumo, enfim, deve ter uma propriedade diversificada.

Fato é que a Souza Cruz tem quase 30 mil produtores no regime semi-integrado e trabalha com a modernização da cultura, quer pela seleção de plantas, com o desenvolvimento de maquinários, inclusive visando à mecanização da colheita, que é uma etapa que absorve muita mão-de-obra do agricultor, e também desenvolve estufas à base de energia solar, com a tendência de eliminar o uso de lenha na atividade.

Foi, portanto, uma visita muito esclarecedora, para termos maior amplitude de conhecimento sobre a questão que envolve a cultura de fumo em Santa Catarina, porque assim como Santa Terezinha, temos fumicultores em todo o planalto norte, no sul e no oeste do nosso estado.

Também participei ontem da inauguração, em São Francisco do Sul, do Hospital Nossa Senhora das Graças.

Trata-se de um investimento importante para aquele município que frequento há muitos anos e sei da importância que o novo hospital terá para a população local.

Portanto, São Francisco do Sul fez uma grande festa para a comunidade na inauguração do seu hospital.

O hospital é um investimento da prefeitura, que contou com parceria do governo catarinense e de empresas que estão estabelecidas em São Francisco do Sul.

Lá estavam o secretário estadual de Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, o secretário de Desenvolvimento Regional de Joinville, Bráulio Barbosa, e também o nosso colega médico e deputado Volnei Morastoni.

Isso é promover saúde. Temos a certeza que São Francisco do Sul terá, sim, o atendimento médico, com um hospital em condições de dar a qualidade para o atendimento médico na região.

Queremos parabenizar os funcionários presentes, parabenizar a comunidade que esteve

presente e os representantes do Poder Legislativo, enfim, as autoridades que lá compareceram.

Quero dizer a vocês que a sociedade de São Francisco do Sul se fez presente através de várias entidades, inclusive a presidente da Cruz Vermelha do Brasil.

Temos a certeza que São Francisco do Sul terá uma divisão. Essa divisão de águas antes do funcionamento do hospital e depois do seu funcionamento.

Deputado líder Aldo Schneider, temos certeza de que essa divisão de águas em São Francisco do Sul fará com que a nossa saúde, fará com que os moradores de São Francisco do Sul terão o atendimento em São Francisco do Sul, porque com a implantação do hospital estarão presentes médicos especialistas, e os médicos especialistas vão ser a âncora e o suporte desse hospital.

Portanto, implantando-se especialidades médicas em São Francisco do Sul, os munícipes não mais precisarão ir até Joinville para fazer seu tratamento de saúde, poderão desta forma fazer tratamento na sua própria cidade, com isto desafoga Joinville, e cresce São Francisco do Sul com atendimento médico que será realizado na cidade.

Quero dizer para vocês comunidade catarinense que o momento que vivemos é de trabalho, início também de eleições, já que em cada município do estado catarinense teremos eleições municipais. Hoje terminou a homologação das convenções, e teremos embate político dia sete de outubro.

Espero que os políticos que todos os responsáveis pela eleição tenham serenidade, dignidade e que façam uma eleição que a consciência da comunidade prevaleça juntamente com a vontade do povo e que no dia sete de outubro vençam os melhores, um abraço a todos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) -
Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.